



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
2ª Câmara de Coordenação e Revisão

VOTO Nº 1985/2015

PROCEDIMENTO MPF Nº 1.15.003.000205/2014-91

ORIGEM: PRM – SOBRAL/CE

PROCURADORA OFICIANTE: ANA KARIZIA TÁVORA TEIXEIRA NOGUEIRA

RELATOR: JULIANO BAIOCCHI VILLA-VERDE DE CARVALHO

PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL. POSSÍVEL CRIME AMBIENTAL (LEI 9.605/98, ART. 55). EXTRAÇÃO IRREGULAR DE AREIA. PROMOÇÃO DE DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES AO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. REVISÃO (ENUNCIADO 32). DELITO AMBIENTAL CONEXO A CRIME CONTRA O PATRIMÔNIO DA UNIÃO (LEI 8.176/91, ART. 2º). COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO DO MPF PARA PROSSEGUIR NA PERSECUÇÃO PENAL.

1. Trata-se de peças de informação instauradas para apurar possível crime ambiental (Lei 9.605/98, art. 55), consistente na extração irregular de areia às margens do Rio Acaraú, no município de Morrinhos/CE.

2. A Procuradora da República oficiante promoveu o declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual, considerando que a extração de areia teria se dado no leito do rio, portanto fora da área de APP.

3. De acordo com o disposto nos arts. 20, inciso IX, e 176 da CF, os recursos minerais, inclusive os do subsolo, pertencem à União e sua exploração depende da autorização ou concessão do referido ente de Direito Público interno.

4. A conduta delitiva narrada nos autos, além de encontrar adequação típica no art. 55 da Lei 9.605/98, também se amolda ao tipo do art. 2º da Lei 8.176/91 (crime contra o patrimônio da União, na modalidade usurpação).

5. Inaplicabilidade do princípio da especialidade. Concurso formal de crimes. Competência de Justiça Federal em face da flagrante lesão a bem da União. Súmula 122 do STJ. Precedente STF (RE 642567/GO, Rel. Min. Ayres Britto, Dj 16/09/2011)

6. Não homologação do declínio e designação de outro Membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.

Trata-se de procedimento investigatório criminal instaurado a partir de denúncia oferecida na Sala de Atendimento ao Cidadão para apurar o cometimento, em tese, de crime ambiental (Lei 9.605/98, art. 55) consistente na extração irregular de areia às margens do Rio Acaraú, no município de Morrinhos/CE.

A Procuradora da República oficiante promoveu o declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual, por entender que a Justiça Federal

não é competente para processar e julgar o feito, uma vez que a infração penal, conforme informação do IBAMA (fl. 24), ocorreu no leito do referido rio, portanto fora da área de APP.

Vieram os autos a esta 2ª CCR para o exercício de sua função revisional, nos termos do Enunciado 32.

É o relatório.

Com o devido respeito a eventuais entendimentos em sentido contrário, em especial ao da Colega oficiante, tenho que, no caso em apreço, a competência é, sim, da Justiça Federal.

Em se tratando de crime ambiental, a competência para processar e julgar as respectivas ações penais é, em regra, segundo a jurisprudência dominante do Colendo Superior Tribunal de Justiça, da Justiça Estadual, salvo se ficar demonstrada a lesão a bens, serviços ou interesse da União ou de suas Autarquias (CF, art. 109, IV), quando então a competência será fixada em favor da Justiça Federal, atraindo, por conseguinte, a atribuição do MPF.

O art. 20, inciso IX, da Constituição Federal dispõe que constituem bens da União **os recursos minerais**, inclusive os do subsolo, sendo certo que o subsequente art. 176 estabelece **serem de propriedade da União as jazidas e demais recursos minerais**, ressaltando que tais bens constituem propriedade distinta da do solo para efeito de exploração.

Logo, se ficar comprovada a extração de minerais¹ sem autorização do órgão competente, o agente terá cometido **dois delitos em concurso formal**, a saber: o crime ambiental previsto no art. 55 da Lei 9.605 e o delito previsto no art. 2º da Lei 8.176/91 (crime contra o patrimônio da União, na modalidade de usurpação). Nesse sentido:

PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXTRAÇÃO DE AREIA SEM AUTORIZAÇÃO. ART. 2º

¹ Atividade para a qual a tal atividade é necessária a autorização do DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral (Lei 7.805/89).

DA LEI N. 8.176/91 E ART. 55 DA LEI N. 9.605/98. CONCURSO APARENTE DE NORMAS. INEXISTÊNCIA. CONFIGURAÇÃO DE CONCURSO FORMAL.

1. O art. 2º da Lei n. 8.176/91 busca tutelar e preservar o patrimônio da União, proibindo a usurpação de suas matérias-primas, enquanto o art. 55 da Lei n. 9.605/98, impõe sanções a atividades lesivas ao meio ambiente, proibindo, dentre outras, a extração de recursos minerais.
2. Em sendo distintos os bens jurídicos tutelados, não há falar em conflito aparente de normas, mas sim em concurso formal.
3. Agravo regimental a que se nega provimento.
(AgRg no AREsp 60.761/TO, Relatora a Ministra Alderita Ramos de Oliveira (Desembargadora convocada do TJ/PE), Sexta Turma, julgado em 6.9.2012, DJe 17.9.2012)

Nesse sentido, também é o julgado do Supremo Tribunal Federal no RE 642567/GO, Rel. Min. Ayres Britto, Dj 16/09/2011.

Tratando-se, pois, de crimes conexos, um de competência estadual e outro de competência federal, o processo e julgamento de eventual ação penal será sempre da Justiça Federal (Súmula de 122 do STJ).

Diante do exposto, entendendo ser da Justiça Federal a competência para processar e julgar o feito, voto pela não homologação do declínio e pela designação de outro Membro do Ministério Público Federal para o prosseguir na persecução penal.

Encaminhem-se os autos ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Ceará, para as providências pertinentes, cientificando-se a Procuradora da República oficiante.

Brasília/DF, 26 de março de 2015.

Juliano Baiocchi Villa-Verde de Carvalho
Subprocurador-Geral da República
Suplente – 2ª CCR